



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS**

2024

GOIÁS TRANSMISSÃO S. A.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Goiás Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Goiás Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente com data de 31 de janeiro de 2025, sem modificação de opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

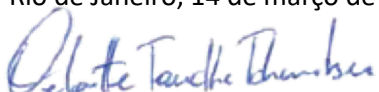
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.247	11.664	Fornecedores	9	808	1.052
Concessionárias e permissionárias	6	10.452	9.616	Debêntures	10	48.424	32.626
Almoxarifado operacional		473	473	Impostos correntes a pagar		1.023	934
Outros ativos		2.031	986	Dividendos a pagar	13.c	18.218	13.324
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		33.203	22.739	Outros passivos	11	7.038	6.034
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		75.511	53.970
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	24.998	23.341	Debêntures	10	252.547	280.038
Depósitos judiciais e cauções		91	91	Provisão para riscos	12	1.515	14
Imobilizado	7.1	373.466	388.714	Dividendos declarados	13.c	97.868	66.765
Intangível	7.2	16.337	16.317	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		351.930	346.817
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		414.892	428.463				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	174.095	174.095
				Reservas de lucro	13.b	197.270	216.873
				Prejuízos acumulados		(350.711)	(340.553)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.654	50.415
TOTAL DO ATIVO		448.095	451.202	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E TOTAL DO PASSIVO		448.095	451.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Operações em continuidade			
Receita			
Disponibilização do sistema de transmissão		97.943	92.635
Tributos			
PIS		(1.616)	(1.466)
COFINS		(7.444)	(6.738)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(749)	(715)
Reserva Global de Reversão - RGR		(2.546)	(2.430)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(102)	(98)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(392)	(373)
Receita líquida		<u>85.094</u>	<u>80.815</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Remuneração de pessoal		(1.735)	(1.685)
Remuneração de administradores	8.b	(939)	(976)
Material		(328)	(103)
Serviços de terceiros		(7.639)	(8.280)
Arrendamento e aluguéis		(97)	(98)
Seguros		(521)	(528)
Provisão para riscos		(1.502)	-
(-) Recuperação de despesas		100	106
Tributos		(86)	(169)
Depreciação e amortização		(15.792)	(17.529)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(650)</u>	<u>(1.981)</u>
Resultado da Atividade		55.905	49.572
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	14	(36.348)	(36.726)
Receitas financeiras	14	<u>4.954</u>	<u>5.356</u>
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		24.511	18.202
Imposto de renda	15	(3.137)	(1.446)
Contribuição social	15	<u>(1.138)</u>	<u>(501)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>20.236</u></u>	<u><u>16.255</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido do exercício	20.236	16.255
Resultado abrangente total do exercício	<u>20.236</u>	<u>16.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reservas de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		174.095	29.361	192.127	(300.706)	94.877
Resultado do exercício		-	-	-	16.255	16.255
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	2.805	-	(2.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.324)	(13.324)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	39.973	(39.973)	-
Constituição dividendos adicionais		-	-	(47.393)	-	(47.393)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13	<u>174.095</u>	<u>32.166</u>	<u>184.707</u>	<u>(340.553)</u>	<u>50.415</u>
Resultado do exercício		-	-	-	20.236	20.236
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal	13.b	-	1.520	-	(1.520)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(7.219)	(7.219)
Constituição reserva de retenção de lucros	13.b	-	-	21.655	(21.655)	-
Constituição dividendos adicionais	13.c	-	-	(42.778)	-	(42.778)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13	<u>174.095</u>	<u>33.686</u>	<u>163.584</u>	<u>(350.711)</u>	<u>20.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.708.279/0001-89

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		20.236	16.255
Ajustes em:			
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	35.702	36.082
Provisão para riscos	12	1.501	-
Depreciação		15.792	17.529
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias		(836)	(844)
Outros ativos		(1.045)	(614)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:			
Fornecedores		(244)	(272)
Impostos e contribuições sociais		3.257	1.266
Outros passivos		1.004	3.271
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de debêntures - juros	10.a	(19.391)	(20.021)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.168)	(2.142)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>52.808</u>	<u>50.510</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7.1	(541)	(5.477)
Aquisição de intangível	7.2	(23)	-
Aplicações financeiras		(1.657)	(277)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(2.221)</u>	<u>(5.754)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de debêntures - principal	10.a	(28.004)	(25.121)
Dividendos pagos	13.c	(14.000)	(21.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(42.004)</u>	<u>(46.121)</u>
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>8.583</u>	<u>(1.365)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	20.247	11.664
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>8.583</u>	<u>(1.365)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2. Contexto operacional

A Goiás Transmissão S.A. (“GOIÁS” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia está excedendo o ativo circulante em R\$42.308, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo das debêntures. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do prazo do próximo exercício e quanto as debêntures o banco depositário fez a transferência para a conta reserva do valor correspondente a próxima prestação do serviço da dívida, correspondendo ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2024, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

1.3. Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- i. LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade com 187 km;
- ii. LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes com 37 km;
- iii. LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás com 30 km;
- iv. Subestação Trindade em 500/230 kV e
- v. Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2024 a junho/2025, é de R\$101.132 (R\$97.757 ciclo julho/2023 a junho/2024), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

A Aneel através da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº. 933 de 28 de maio de 2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 19, para melhor entendimento do leitor.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4. Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de março de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a seguinte conta: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures” e “Dividendos”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL).

e) Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g) Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

i) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

j) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

l) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m) Demonstrações dos fluxos de caixa (“*DFC*”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	5	5
Bancos	3	732
Aplicações financeiras	20.239	10.927
Total	<u>20.247</u>	<u>11.664</u>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco Itaú - CDB-DI	CDB	97% CDI	435	10.927
Banco Itaú - Fundos Highgrade	Fundos	107,78% CDI	7.954	-
Banco Itaú - Fundos RF DI	Fundos	101,22% CDI	11.850	-
Total			<u>20.239</u>	<u>10.927</u>

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco Itaú	TOP DI FIC	104,24% CDI	24.998	23.341
Total			<u>24.998</u>	<u>23.341</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias	10.452	9.616
Total	<u>10.452</u>	<u>9.616</u>

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1. Imobilizado

<u>Imobilizado - R\$Mil</u>	<u>Valor Bruto em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Valor Bruto em 31/12/2024</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido em 31/12/2024</u>	<u>Valor Líquido em 31/12/2023</u>
Ativo Imobilizado em Serviço							
Transmissão	522.921	40	-	522.961	(166.035)	356.926	372.600
Terrenos	670	-	-	670	-	670	670
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.205	-	-	8.205	(3.002)	5.203	5.475
Máquinas e equipamentos	513.950	40	-	513.990	(162.967)	351.023	366.419
Móveis e utensílios	96	-	-	96	(66)	30	36
Administração	1.089	6	-	1.095	(556)	539	608
Edificações, obras civis e benfeitorias	113	-	-	113	(49)	64	68
Máquinas e equipamentos	419	6	-	425	(175)	250	271
Veículos	106	-	-	106	(27)	79	95
Móveis e utensílios	451	-	-	451	(305)	146	174
Subtotal	<u>524.010</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>524.056</u>	<u>(166.591)</u>	<u>357.465</u>	<u>373.208</u>
Ativo Imobilizado em Curso							
Transmissão	15.506	495	-	16.001	-	16.001	15.506
Material em depósito	13.507	495	-	14.002	-	14.002	13.507
Depósitos judiciais	1.999	-	-	1.999	-	1.999	1.999
Subtotal	<u>15.506</u>	<u>495</u>	<u>-</u>	<u>16.001</u>	<u>-</u>	<u>16.001</u>	<u>15.506</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u><u>539.516</u></u>	<u><u>541</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>540.057</u></u>	<u><u>(166.591)</u></u>	<u><u>373.466</u></u>	<u><u>388.714</u></u>

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Transmissão				
Custo histórico	3,36%	522.961	(166.035)	356.926
Administração				
Custo histórico	9,50%	1.095	(556)	539
		<u>524.056</u>	<u>(166.591)</u>	<u>357.465</u>
				<u>373.208</u>

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

7.2. Intangível

Intangível - R\$Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço						
Transmissão	16.313	23	16.336	(3)	16.333	16.313
Servidões	16.313	-	16.313	-	16.313	16.313
Softwares	-	23	23	(3)	20	-
Administração	37	-	37	(33)	4	4
Softwares	33	-	33	(33)	-	-
Outros	4	-	4	-	4	4
Subtotal	<u>16.350</u>	<u>23</u>	<u>16.373</u>	<u>(36)</u>	<u>16.337</u>	<u>16.317</u>
Total do Ativo Intangível	<u>16.350</u>	<u>23</u>	<u>16.373</u>	<u>(36)</u>	<u>16.337</u>	<u>16.317</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores, totalizou R\$939 (R\$976 em 2023), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remuneração	(702)	(768)
Encargos e benefícios	(237)	(208)
Total	<u>(939)</u>	<u>(976)</u>

b. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Gebbras Participações Ltda.	59.204	40.845
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	56.882	39.244
Total	<u>116.086</u>	<u>80.089</u>
Circulante	18.218	13.324
Não circulante	97.868	66.765

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	576	-
Buriti Segurança Especializada S.A.	56	42
CEL Engenharia Ltda.	28	681
H.F. Teixeira Eireli	12	12
DC Engenharia Eireli	-	64
Outros	136	253
Total	<u>808</u>	<u>1.052</u>

10. DEBÊNTURES

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento dos Contratos de Financiamentos junto ao BNDES e ao FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 7 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures - 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	300.971	312.664
Circulante		48.424	32.626
Não circulante		252.547	280.038

Segregação por ano de vencimento:

	2025	2026	2027	Demais anos	Total
Debêntures - 1ª Emissão	48.424	50.817	52.452	149.278	300.971

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	321.724
Provisão de juros	20.417
Variação monetária	14.781
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(25.121)
(-) Pagamento de juros	(20.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	312.664
Provisão de juros	21.076
Variação monetária	13.742
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(28.004)
(-) Pagamento de juros	(19.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	300.971

b. Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Eletrobras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c. Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) regulatório antes do imposto de renda	24.511	18.202
(+) Resultado financeiro líquido	31.395	31.370
(+) Depreciação	15.792	17.529
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	<u>71.698</u>	<u>67.101</u>
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	71.698	67.101
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(3.168)	(2.142)
(+/-) Variação capital giro	(1.033)	(633)
	<u>67.497</u>	<u>64.326</u>
B) Serviço da dívida do contrato de debêntures		
(+) Amortização do principal	28.004	25.121
(+) Pagamento de juros	19.391	20.021
	<u>47.395</u>	<u>45.142</u>
C) Índice de cobertura da dívida (A/B)	1,42	1,42

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.362	1.009
Reserva global de reversão - RGR	216	505
Taxa de fiscalização - TFSEE	1.039	979
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.898	3.163
Outros	<u>523</u>	<u>378</u>
Total	<u><u>7.038</u></u>	<u><u>6.034</u></u>

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R\$1.515 (R\$14 em 2023) referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$43.717 (R\$22.876 em 2023), composto por, (i) um mandado de segurança para afastar a eventual exigência por parte da Receita Federal da apuração do lucro presumido aplicando-se os percentuais do caput dos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95 no montante de R\$28.450 (valor atualizado e com multa); (ii) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$11.523 (valor atualizado); (iii) defesa administrativa referente descumprimento de condicionantes de licença ambiental no montante de R\$1.045; e (iv) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R\$2.699. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Gebbras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras	<u>154.445.648</u>	<u>49</u>	<u>85.307</u>	<u>154.445.648</u>	<u>49</u>	<u>85.307</u>
Total	<u><u>315.195.200</u></u>	<u><u>100</u></u>	<u><u>174.095</u></u>	<u><u>315.195.200</u></u>	<u><u>100</u></u>	<u><u>174.095</u></u>

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de junho de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras homologou a implementação da Incorporação nos termos do Protocolo e Justificação e conforme aprovada na AGE de Incorporação, definindo a data de 01 de julho de 2024 para a eficácia da incorporação de Furnas à Eletrobras.

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024, a constituição de dividendos adicionais no valor de R\$42.778, a ser descontado da reserva de lucros em observância do artigo 199 da Lei nº. 6.404/76, que estabelece que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido societário do exercício	30.394	56.102
Reserva legal (5%)	<u>(1.520)</u>	<u>(2.805)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>28.874</u>	<u>53.297</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.219	13.324
Reserva de retenção de lucros	21.655	39.973

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	<u>216.873</u>
Constituição reserva de lucros	23.175
Constituição de dividendos adicionais	<u>(42.778)</u>
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024	<u>197.270</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$197.270 ultrapassam em R\$23.175 o capital social da Companhia que é de R\$174.095. Em observância ao artigo 199 da Lei nº. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a Administração entende que este excesso de reservas de lucro não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários.

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de R\$14.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	80.089
Pagamento de dividendos	(14.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	7.219
Dividendos adicionais	<u>42.778</u>
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	<u><u>116.086</u></u>
Circulante	18.218
Não circulante	97.868

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.135	5.583
Outras receitas financeiras	60	35
PIS/COFINS s/receitas financeiras	<u>(241)</u>	<u>(262)</u>
	<u>4.954</u>	<u>5.356</u>
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures	(21.076)	(20.417)
Atualizações monetárias	(13.854)	(14.901)
Outras despesas financeiras	<u>(1.418)</u>	<u>(1.408)</u>
	<u>(36.348)</u>	<u>(36.726)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>(31.394)</u></u>	<u><u>(31.370)</u></u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reconciliação da alíquota efetiva		
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	24.511	18.202
Alíquota nominal	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	<u>(8.334)</u>	<u>(6.189)</u>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	4.059	4.242
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(4.275)	(1.947)
Alíquota efetiva	<u>17,44%</u>	<u>10,70%</u>
Total de IRPJ e CSLL	<u><u>(4.275)</u></u>	<u><u>(1.947)</u></u>

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2024	31/12/2023
			Valor contábil / Valor justo	Valor contábil / Valor justo
	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	1	20.247	11.664
Caixa e equivalente de caixa				
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	24.998	23.341
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		10.452	9.616
Outros créditos	Custo amortizado		2.031	987
			<u>57.728</u>	<u>45.607</u>
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado		300.971	312.664
Fornecedores	Custo amortizado		808	1.052
Dividendos a pagar	Custo amortizado		116.086	80.089
Outras contas a pagar	Custo amortizado		7.038	6.034
			<u>424.903</u>	<u>399.839</u>

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2024.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	808	808	-	-
Debêntures	325.640	52.853	107.466	165.321

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros.

d. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

<u>Variável de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II Queda de 25%</u>	<u>Cenário III Queda de 50%</u>
CDI (%)	Redução do CDI		10,89%	8,17%	5,45%
Aplicações financeiras		45.237	4.926	3.695	2.463
Impacto no resultado			-	(1.231)	(2.463)

Premissas para a análise de sensibilidade:

<u>Variável de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II Aumento de 25%</u>	<u>Cenário III Aumento de 50%</u>
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,99%	6,24%	7,49%
Debêntures		300.971	15.018	18.773	22.528
Impacto no resultado			-	(3.755)	(7.509)

17. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>Valor Segurado</u>	<u>Vigência</u>
Administradores / Seguro D&O (*)	24.750	01/03/2024 a 01/03/2025
Risco operacional	105.353	30/04/2024 a 07/09/2025
Responsabilidade civil geral	15.000	30/04/2024 a 07/09/2025

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo

18. QUESTÕES AMBIENTAIS

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS PARA REGULATÓRIAS

Nos termos do Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 a Companhia elaborou suas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando que parte substancial das notas explicativas são comuns tanto à prática societária quanto à regulatória, abaixo estão sendo apresentados os ajustes necessários para conciliação das demonstrações societárias e regulatórias:

Balço patrimonial	31/12/2024			31/12/2023		
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	20.247	-	20.247	11.664	-	11.664
Concessionárias e permissionárias	10.452	-	10.452	9.616	-	9.616
Contas a receber (ativo de contrato)	76.830	(76.830)	-	73.773	(73.773)	-
Almoxarifado operacional	0	473	473	-	473	473
Outros créditos	2.031	-	2.031	987	(1)	986
Total do ativo circulante	109.560	(76.357)	33.203	96.040	(73.301)	22.739
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras	24.998	-	24.998	23.341	-	23.341
Contas a receber (ativo de contrato)	759.718	(759.718)	-	755.785	(755.785)	-
Depósitos judiciais e cauções	91	-	91	91	-	91
Imobilizado	544	372.922	373.466	611	388.103	388.714
Intangível	-	16.337	16.337	-	16.317	16.317
Total do ativo não circulante	785.351	(370.459)	414.892	779.828	(351.365)	428.463
Total do ativo	894.911	(446.816)	448.095	875.868	(424.666)	451.202
Passivo circulante						
Fornecedores	808	-	808	1.052	-	1.052
Debêntures	48.424	-	48.424	32.626	-	32.626
Impostos correntes a pagar	1.023	-	1.023	934	-	934
Dividendos a pagar	18.218	-	18.218	13.324	-	13.324
Outras contas a pagar	7.039	(1)	7.038	6.035	(1)	6.034
Total do passivo circulante	75.512	(1)	75.511	53.971	(1)	53.970
Passivo não circulante						
Debêntures	252.547	-	252.547	280.038	-	280.038
Provisão para riscos	1.515	-	1.515	14	-	14
Dividendos a pagar	97.868	-	97.868	66.765	-	66.765
Impostos diferidos	96.104	(96.104)	-	84.112	(84.112)	-
Total do passivo não circulante	448.034	(96.104)	351.930	430.929	(84.112)	346.817
Patrimônio líquido						
Capital social	174.095	-	174.095	174.095	-	174.095
Reserva de lucros	197.270	-	197.270	216.873	-	216.873
Prejuízos acumulados	-	(350.711)	(350.711)	-	(340.553)	(340.553)
Total do patrimônio líquido	371.365	(350.711)	20.654	390.968	(340.553)	50.415
Total do patrimônio líquido e total do passivo	894.911	(446.816)	448.095	875.868	(424.666)	451.202

Demonstração de resultado (Em milhares de Reais)	31/12/2024			31/12/2023			
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	
Receita líquida	21.4	91.437	(6.343)	85.094	135.311	(54.496)	80.815
Custo de construção		-	-	-	(4.620)	4.620	-
Pessoal		(812)	-	(812)	(750)	-	(750)
Serviços de terceiros		(6.812)	-	(6.812)	(7.457)	-	(7.457)
Depreciação e amortização	21.2	-	(15.718)	(15.718)	-	(17.462)	(17.462)
Outros custos operacionais		(3.368)	557	(2.811)	(3.254)	719	(2.535)
Total dos custos operacionais		(10.992)	(15.161)	(26.153)	(11.461)	(16.743)	(28.204)
Pessoal e administradores		(1.861)	-	(1.861)	(1.911)	-	(1.911)
Serviços de terceiros		(828)	-	(828)	(852)	-	(852)
Depreciação e amortização		(74)	-	(74)	(66)	-	(66)
Outras receitas (despesas)		(273)	-	(273)	(213)	3	(210)
Total das despesas operacionais		(3.036)	-	(3.036)	(3.042)	3	(3.039)
Receitas financeiras		4.954	-	4.954	5.356	-	5.356
Despesas financeiras		(36.348)	-	(36.348)	(36.726)	-	(36.726)
Resultado financeiro líquido		(31.394)	-	(31.394)	(31.370)	-	(31.370)
Resultado antes dos impostos		46.015	(21.504)	24.511	84.818	(66.616)	18.202
Imposto de renda e contribuição social	21.3	(15.621)	11.346	(4.275)	(28.716)	26.769	(1.947)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.6	<u>30.394</u>	<u>(10.158)</u>	<u>20.236</u>	<u>56.102</u>	<u>(39.847)</u>	<u>16.255</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

19.1. Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 - Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

19.2. Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação deste pronunciamento.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado/amortizado em conformidade com o referido manual.

19.3. Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

19.4. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) Receita de construção: durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) Receita de remuneração: corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa interna de retorno estimada no início do contrato e fixa durante todo o prazo da concessão, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) Receita de operação e manutenção: após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

19.5. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos do exercício societário	371.365	390.968
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(446.816)	(424.666)
Efeito dos impostos	<u>96.105</u>	<u>84.113</u>
Saldos do exercício regulatório	<u>20.654</u>	<u>50.415</u>

19.6. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	30.394	56.102
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(21.504)	(66.616)
Efeito dos impostos	<u>11.346</u>	<u>26.769</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>20.236</u></u>	<u><u>16.255</u></u>

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O
